

**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
**Conselho de Recursos Tributários**  
**1ª. Câmara de Julgamento**

Resolução Nº.....<sup>209</sup>...../2003

Sessão: 201ª Ordinária de 03 de novembro de 2003

Processo de Recurso Nº: 1/1551/97

Auto de Infração Nº: 1/9704234

Recorrente: Célula de Julgamento 1ª Instância e  
Fortaleza Máquinas Autos S/A.

Recorrido: Ambos

Relator: Manoel Marcelo Augusto Marques Neto

**EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE ENTRADAS –**  
*Auto de Infração Improcedente.* Entrada de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, desacompanhadas de documentação fiscal, detectado através do levantamento quantitativo de estoque. Conforme último laudo pericial realizado, não foi identificado Omissão de compras. Recursos conhecidos e providos. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO**

Consta do *Auto de Infração*, lavrado contra a empresa: *FORMASA – Fortaleza Máquinas Autos S/A*:

“Após análise nos livros e documentos fiscais da empresa acima qualificada, todos referentes ao exercício de 1994, constatamos através do Relatório Totalizador do Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias, anexo, que a empresa promoveu a entrada de veículos novos em seus estoques sem o acobertamento do documento fiscal devido, ensejando uma **OMISSÃO DE COMPRAS**, avaliada no presente em R\$ 285.102,39”.

ICMS – Substituição: R\$ 48.467,41

Multa: R\$ 114.040,96

O autuante indica como dispositivos infringidos os artigos: 1º, 2º XII, 16, 21, IV, 101, 113 e sugere como penalidade à prevista no artigo nº 767 inciso III alínea "a", do Decreto 21.219/91.

Nas Informações Complementares os agentes fiscais ratificam a acusação constante da peça inicial e esclarecem o procedimento adotado para apurar a omissão de entradas de mercadorias. (fl.03).

O autuado impugna o feito fiscal, apontando itens em que ocorreram equívocos quando da realização da fiscalização. Requer ao final a realização de perícia. (fls.2068 a 2069).

O processo foi encaminhado ao *Contencioso Administrativo Tributário* e submetido a julgamento. O julgador singular, diante da análise das peças processuais requer a realização de perícia com o objetivo de elaborar um novo quadro totalizador, informando as possíveis falhas existentes.

Consta às folhas 2118, laudo pericial informando que foi constada a omissão de compras no montante de R\$ 236.895,21.

A autuada questionou o laudo pericial, requerendo uma nova perícia. Entretanto, não acrescentou novos elementos para justificar o pedido.

O julgador singular acata os valores apurados pela perícia e decide pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** do feito fiscal, em virtude da perícia ter encontrado uma base de cálculo inferior ao apontado na peça inicial. Decisão amparada no artigo 113 do Decreto nº 21.219/91.

Inconformado com a decisão singular, o sujeito passivo interpõe recurso voluntário, alegando em síntese, que os agentes do Fisco, utilizaram tão somente o quadro totalizador do levantamento quantitativo de estoque de mercadorias para acusar a omissão de compras.

Insiste na realização de uma nova perícia levando em conta todos os itens e que por ocasião da impugnação elencou fatos meramente exemplificativos. Entende que o trabalho pericial executado limitou-se aos itens enfocados pela julgadora singular, sendo realizado de forma parcial, caracterizando desta forma o cerceamento ao direito de ampla defesa.

Pede ao final a improcedência do feito fiscal, caso não seja atendido o pedido de uma nova perícia.



Em sessão Ordinária, realizada em 1º de julho de 2003, a 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários decide converter o presente processo em diligência com o objetivo de:

- 1 – Elaborar um novo quadro totalizador, relativo às mercadorias que indicam omissão de entradas e saídas e o valor de sua base de cálculo, considerando para os veículos, além do nome o número do chassi;
- 2 – Notificar a empresa a apresentar todos os livros e documentos fiscais, necessários para realização dos trabalhos periciais, bem como a nomeação de um assistente técnico o qual formulará novos quesitos com o objetivo de esclarecer a lide.

Em resposta à solicitação formulada, a Célula de Perícia informa que: “De posse dos documentos fiscais do contribuinte, foi realizado um novo levantamento de estoque de mercadorias dos itens considerados significativos, ou seja, acima de R\$ 500,00. Os produtos semelhantes foram feitas as junções necessárias e após a conclusão dos trabalhos, não apuramos omissão de compras com os produtos sujeitos ao regime de substituição tributária”.

A douda Procuradoria Geral do Estado modifica oralmente o seu entendimento inicial, sugerindo a improcedência do feito, com base no último laudo pericial apresentado.

È o relatório.



## VOTO DO RELATOR

Consta na peça inaugural do presente processo, que a autuada efetuou aquisição de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, desacompanhadas de documentação fiscal no exercício de 1994.

Encontra-se nos autos as planilhas que serviram de base para a autuação. As diferenças foram identificadas com a elaboração do quadro totalizador de estoque, no qual são lançados o inventário inicial e final (quantidade física de estoque), as entradas e saídas de mercadorias dos meses de janeiro a dezembro de 1994.

O procedimento fiscal adotado pelo autuante tem amparo no art. 732, do Decreto 21.219/91, que estabelece:

*Art.732 - "O movimento real tributável, realizado pelo estabelecimento em determinado período, poderá ser apurado através de levantamento fiscal em que serão considerados o valor das mercadorias entradas, o das mercadorias saídas, o dos estoques inicial e final, as despesas, outros encargos e lucros do estabelecimento, inclusive levantamento unitário de mercadorias e a identificação de outros elementos informativos".*

O autuado infringiu o artigo: 113 do Decreto nº 21.219/91, que dispõe:

*Art. 113. Sempre que for obrigatória a emissão de documento fiscal, o destinatário da mercadoria ou bem e o usuário do serviço são obrigados a exigir tal documento daquele que deva emití-lo, contendo todos os requisitos legais.*

O julgador de 1ª instância, considerando os argumentos apresentados pelo autuado, por ocasião da impugnação, encaminhou o presente processo para a Célula de Perícias no sentido de refazer o quadro totalizador do levantamento quantitativo de estoque de mercadorias, consoante preceitua o artigo 61 do decreto nº 25.468/99.

*Art. 61. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente o seu convencimento, podendo determinar a realização de perícias ou diligências que entender necessárias, observado o disposto no inciso II do Art.19 deste Decreto.*

A decisão singular é pela Parcial Procedência do feito fiscal.

Inconformado com a decisão singular, o sujeito passivo interpõe recurso voluntário, alegando em síntese, que os agentes do Fisco, utilizaram tão somente o quadro totalizador do levantamento quantitativo de estoque de mercadorias para acusar a omissão de compras.

Insiste na realização de uma nova perícia levando em conta todos os itens e que na impugnação elencou fatos meramente exemplificativos. Entende que o trabalho pericial executado limitou-se aos itens enfocados pela julgadora singular, sendo realizado de forma parcial, caracterizando desta forma o cerceamento ao direito de



ampla defesa. Pede ao final a improcedência do feito fiscal, caso não seja atendido o pedido de uma nova perícia.

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, em sessão realizada em 1º de julho de 2003, decide converter o presente processo em diligência, com o objetivo de elaborar um novo quadro totalizador, relativo às mercadorias que indicam omissão de entradas e saídas e o valor de sua base de cálculo, considerando para os veículos, além do nome o número do chassi;

A Célula de Perícias e Diligências afirma que: De posse dos documentos fiscais do contribuinte, foi realizado um novo levantamento de estoque de mercadorias dos itens considerados significativos, ou seja, acima de R\$ 500,00. Os produtos semelhantes foram feitos as junções necessárias e após a conclusão dos trabalhos, não apuramos omissão de compras com os produtos sujeitos ao regime de substituição tributária.”“.

Resta, portanto, provado que não ocorreu à omissão de entradas de mercadorias, conforme demonstrado no novo quadro totalizador do levantamento quantitativo de estoque.

**VOTO**

Pelas considerações expostas, conheço dos recursos interpostos, julgo IMPROCEDENTE a presente ação fiscal, de acordo com último laudo pericial, nos termos do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente.

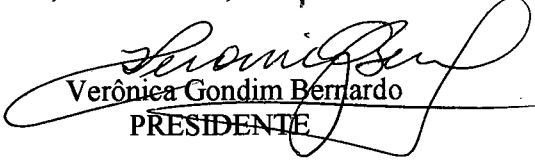


**DECISÃO**

*Vistos, discutidos e examinados os presentes autos*, em que é recorrente: **Célula de Julgamento 1ª Instância e FORMASA – Fortaleza Máquinas e Autos S/A** e recorrido: **ambos**.

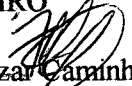
**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários por unanimidade de votos, conhecer dos recursos interpostos, para julgar **IMPROCEDENTE** a presente ação fiscal, de acordo com último laudo pericial, nos termos do voto do relator e do parecer da douda Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente.

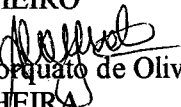
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 1º de dezembro de 2003.

  
Verônica Gondim Berrardo  
PRESIDENTE

  
Manoel Marcelo A Marques Neto  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Cristiano Marcelo Peres  
CONSELHEIRO

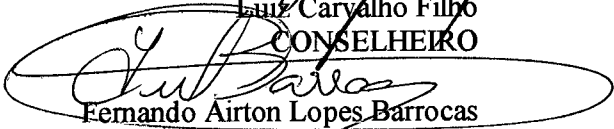
  
Fernando Cezar Caminha A Ximenes  
CONSELHEIRO

  
Antonia Torquato de Oliveira Mourão  
CONSELHEIRA

PRESENTES:

  
Matheus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO

  
Luiz Carvalho Filho  
CONSELHEIRO

  
Fernando Ailton Lopes Barrocas  
CONSELHEIRO

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
CONSELHEIRO

  
Vanda Ione de Siqueira Farias  
CONSELHEIRA

CONSULTOR TRIBUTÁRIO